

# O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia\*

*Brazil and the end of the Paraguayan War: notes on military operations and diplomacy*

**Braz Batista Vas**

Doutor em História pela UNESP, Campus de Franca; Professor Associado do Curso de História da UFT (Universidade Federal do Tocantins), Campus de Araguaína; membro do GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da UNESP); do NUPEV (Núcleo de Pesquisa e Estudos da Violência da UFT); e do LEPOLIS (Laboratório de Estudos de Política e Sociedade da UFT).

## RESUMO

Este artigo apresenta alguns apontamentos acerca das providências tomadas pelo Brasil em relação ao fim da campanha militar contra o Paraguai, entre 1868 e 1870. Este momento é marcado pela saída de Caxias, após a conquista de Assunção, e a necessidade do Império em fazer cumprir o Tratado da Tríplice Aliança quanto à deposição de Francisco Solano López; a chegada do Conde d'Eu para assumir o comando das operações militares; e a movimentação diplomática entre o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Assunção para os procedimentos de finalização das ações militares e acordos posteriores. Neste sentido – e no contexto da época –, a preocupação com a manutenção da independência paraguaia ante as pretensões argentinas e do surgimento de correntes políticas pró-Argentina ou mesmo 'lopiztas' na configuração do novo governo paraguaio, demandou esforços diplomáticos e militares de modo que a guerra se encerrasse de maneira o mais vantajosa possível para a harmonização da geopolítica regional no Prata e ao Império brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Paraguai; Diplomacia; Fim da guerra

## ABSTRACT

*This article presents some notes on the measures taken by Brazil in relation to the end of the military campaign against Paraguay, between 1868 and 1870. This moment is marked by the departure of Caxias, after the conquest of Asunción, and the need for Empire to execute the Triple Alliance Treaty regarding the deposition of Francisco Solano López; an arrival by the Conde d'Eu to take command of military operations; and a diplomatic movement between Rio de Janeiro, Buenos Aires and Asunción for the finalization of military actions and subsequent agreements. In this sense – and in the context of the time – a concern with maintaining Paraguayan independence such as Argentine pretensions and surgeries of pro-Argentine policies or even 'lopiztas' in the configuration of the new Paraguayan government, demand diplomatic and military exercises so that the war ends the most advantageous way possible for the harmonization of regional geopolitics in the Prata River and the Brazilian Empire.*

**KEYWORDS:** War of Paraguay; Diplomacy; The end of the war

---

\*Artigo recebido em 27 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 121-134 – 2020.

## INTRODUÇÃO

Sempre foram conturbadas, ao longo da história platina (REICHEL; GUTFREIND, 1995), as relações do Paraguai com os demais países da região. Ora prevaleciam as tensões sobre acordos comerciais e fronteiriços, ora o Paraguai submergiu em longo período de isolamento, com pouquíssimos contatos diplomáticos com os países vizinhos. Das contendas diplomáticas à guerra, ocorreram substanciais mudanças nas relações entre Brasil e Paraguai, com forte impacto no contorno de certos trechos de fronteira, na navegação fluvial, no comércio da região e na balança de poder da geopolítica regional na segunda metade do século XIX.

Após o início das hostilidades por parte dos paraguaios no final de 1864, em 1865, o Brasil firmou um tratado e estabeleceu aliados, Uruguai e Argentina, documento conhecido como Tratado da Tríplice Aliança. Um tratado secreto, ao menos até que representantes do governo uruguaio divulgassem seu conteúdo. De acordo com esse tratado, a guerra somente seria encerrada sob determinadas condições e ao atendimento de alguns pleitos, especialmente os relativos a questões fronteiriças e a navegação nos rios da região. Mas não somente isso, a guerra só se encerraria, por exemplo, com a deposição ou morte do Presidente paraguaio, Francisco Solano López. De acordo com o artigo 6º do Tratado da Tríplice Aliança:

Os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual Governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos (CHIAVENATTO, 1982, p. 169).

Foi uma guerra cruenta, longa e tremendamente dispendiosa para o Império do

Brasil. Paradoxalmente, o conflito promoveu inovações na dinâmica militar brasileira, algumas tecnológicas, outras organizacionais, mas ainda seguiu, basicamente, padrões semelhantes, em termos de estratégias, táticas e condições militares, da Guerra da Crimeia (1853-1856).

A Guerra do Paraguai afetou profundamente as finanças do Império, e diante do despreparo e da necessidade de financiar um Exército em luta, alguns ministérios passaram a ter um percentual muito maior do orçamento nacional. Inicialmente, acreditava-se numa guerra curta e sem muito dispêndio, entretanto, iniciadas as hostilidades, com a invasão paraguaia nas Províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, as forças aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) só conseguiram entrar em território paraguaio quase dois anos depois de iniciados os combates e somente entre o final 1868 e início de 1869 que a capital paraguaia foi tomada pelas forças da Tríplice Aliança.

Com enorme esforço militar, o Império recrutou homens, ora voluntariamente ora a pau e corda (CASTRO; IZECKSOHN; KRAY, 2004, pp. 179-208; CARNEIRO, (s.d.), pp. 115-130; SALLES, 1990), juntou corpos militares terrestres distintos num mesmo fluxo e teatro de operações – caso do Exército de linha, da Guarda Nacional, de Voluntário da Pátria e milícias rio-grandenses. Entre o final de 1868 e início de 1869, após invadir e adentrar território paraguaio até sua capital, Assunção, o oficial brasileiro de maior prestígio junto ao Imperador e comandante das forças aliadas, Caxias, considerando cumprida sua tarefa militar, alegou problemas de saúde e retirou-se da guerra. Assumiu seu lugar o marido da Princesa Isabel, Luís Felipe Gastão de Orléans, o Conde D'Eu, que conduziu as operações militares até a morte do Presidente paraguaio, Francisco Solano Lopez, e finalização completa das ações militares.

Nesse contexto, o Rio Paraguai foi um canal primordial no abastecimento de gêneros

alimentícios, armas, munições e soldados para os acampamentos militares aliados. Era um rio que trazia em seus canais e portos muito mais que o potencial do liberalismo econômico, era o principal elemento estratégico da região platina, tanto pela sua disposição geográfica quanto pela sua representatividade política. A Província do Mato Grosso, por exemplo, dependia diretamente do Rio Paraguai para praticamente tudo, como escoadouro natural não só de bens e mercadorias, mas, essencialmente, como principal vínculo de comunicação com a Corte imperial. Pelo Rio Paraguai não chegavam somente as ordens do imperador, chegava também a cultura europeia, a “civilização”.

A distância tornava demorada a obtenção de informações, o recebimento e cumprimento dos pedidos e ampliava as possibilidades de desvios de mercadorias e verbas destinadas ao provimento das necessidades das forças em operação. Não só as questões materiais imediatas preocupavam a administração na condução da guerra. Havia muitas pendências quanto à gestão dos processos de abastecimento de gêneros alimentícios, fardamento, armas e munições e no retorno dos soldados que atuaram no Paraguai. Neste último caso, conforme previa o decreto 3371, de 7 de janeiro de 1865, que estabeleceu a criação dos corpos de Voluntários da Pátria, ao regresso destes depois de finda a guerra, havia ainda as pendências relativas às recompensas pelos serviços prestados, tais como pensões e doações de terras que enfrentavam uma intrincada rede burocrática para se consubstanciar.

A preocupação com o retorno das tropas e, por consequência, de armas e equipamentos utilizados no desenrolar do conflito começa a aparecer no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, relatório este que remete às atividades e operações desenvolvidas em 1867. A propósito das obras realizadas na Fortaleza de São João, na Cidade do Rio de Janeiro, onde, a partir de 1866, foi criada e aquartelada a companhia de aprendizes artilheiros. Diz o relator:

No meu relatório passado vos patentei a necessidade da decretação de fundos para algumas obras nas imediações da fortaleza da Praia Vermelha, que sirvam para dar aquartelamento ao Batalhão de Engenheiros, e para depois de terminada a guerra, acomodar o importante material do nosso Exército. Insisto sobre a conveniência, não só da decretação de tais despesas, por me parecerem indispensáveis semelhantes obras, mas ainda por uma outra obra importante no Campo Grande, como seja um bom quartel para o 1º Batalhão a Pé (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 34).<sup>1</sup>

Além da preocupação com as instalações, aparece também no relatório a destinação de verbas para desinfecção, nova caiação e limpeza dos quartéis em consequência do aparecimento de uma epidemia de *cholera-morbus* (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 35) entre os aprendizes. O relatório de 1868 alude brevemente a obras feitas em próprios nacionais do Morro do Castelo, e edifícios que serviram de residência a algumas viúvas de militares *morbus* (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 37). Verifica-se, a partir desse relatório, toda uma série de obras em quartéis, fortalezas e próprios militares, especialmente no tocante à instalação e melhoria da estrutura sanitária e da ampliação dos espaços para acomodação de pessoal que retornaria da guerra.

## O BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA

Devido à guerra e à geopolítica regional, o Brasil desenvolveu um potencial bélico artificial durante esse período. O Exército, principalmente, sofreu um grande aumento em suas fileiras. No entanto, esse aumento quantitativo não significou uma melhora qualitativa, ao contrário, representou um incremento das dificuldades de transporte, treinamento e armamento dos novos egressos. Significou um aumento da insatisfação

pública em relação ao Exército, devido às práticas violentas de recrutamento junto às classes mais pobres da população. O inchaço das fileiras também preocupou de certa forma, à política imperial, graças às promessas feitas durante o recrutamento de Voluntários da Pátria, resultado da grande necessidade de efetivos. O fim da guerra representava um problema considerável para o Império: como acomodar, dentro das conturbadas finanças imperiais, todas as promessas de recompensas financeiras e propriedades agrícolas sem colocar em risco a situação político-econômica que sustentava as elites? A guerra trazia em si muito mais complicações do que a expectativa geopolítica podia prever. O risco de descontrole de grandes massas armadas ou apenas militarmente instruídas sob o comando de oficiais descontentes, em contato com as ideias de republicanismo dos países vizinhos, também representava um risco a mais à estabilidade do Império.

Acompanhando as preocupações internas decorrentes do conflito, a geopolítica platina de meados do século XIX, ensejava preocupação por parte do Império quanto a uma “situação de inferioridade estratégica no contexto geográfico convizinhante das nações do Prata” (MELLO, 1980, p. 264), como elemento norteador das ações diplomática e militares brasileiras na região platina, ante as dificuldades de acesso por terra à Província do Mato Grosso, especialmente ao final da contenda. Desse modo, os entraves quanto a navegação pelo sistema fluvial do Prata seriam reduzidos tanto pela pressão militar quanto pela atuação diplomática.

As negociações para firmação de tratados de livre navegação sempre esbarraram nas pendências sobre fronteiras e dificuldades quanto a circulação, especialmente de mercadorias, pelo sistema fluvial platino, e pouco avançaram até o eclodir da guerra. De acordo com Dionísio Cerqueira, que esteve presente em um banquete ocorrido em

Assunção em janeiro de 1869, em honra ao plenipotenciário brasileiro e Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco:

Nesta festa, modesta pelos recursos de que dispúnhamos, mas sincera e altamente significativa, oferecida ao ilustre homem de Estado, que ali figurava não só como o mais alto representante da nossa Pátria, mas também como o mestre egrégio da escola superior onde aprendíamos a ciência e que, como nós, já tinha vestido o uniforme honroso de oficial do Exército; ouviu com verdadeira surpresa alguns discursos, felizmente poucos, em que se manifestou o desejo de não prosseguir na guerra, pois não passaria de uma inglória campanha de montoneras.

Outros contestaram, afirmando que a hidra paraguaia não estava com todas as cabeças decepadas, e preparava-se na cordilheira para novos botes. (CERQUEIRA, 1980, p. 312).

O momento era o de estagnação das forças, estacionadas em Assunção e na expectativa do que ocorreria após a saída Caxias. Da desilusão e cansaço com a longa guerra à necessidade de vencer efetivamente a “hidra paraguaia”, restava ainda muito trabalho pela frente. Trabalho que requereu ajustar não só a condução militar desta fase final, mas, em especial o processo de desmobilização dos efetivos brasileiros e os acordos, comerciais, territoriais e geopolíticos do pós-guerra. O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação.

A saída de Caxias e o período sem comando central forte levou ao esmorecimento de certos procedimentos administrativos, com repercussão nos contratos de abastecimento de forragens, gado e cavahada, sentidos com mais intensidade posteriormente, a partir do período de comando do Conde d'Eu. Os pro-

blemas de abastecimento quanto ao fornecimento de rezes, mulas e cavalos se tornaram recorrentes na correspondência trocada entre Paranhos e d'Eu, o que demonstra ser essa questão mais grave do que se supunha.

A transição de comando de Caxias para d'Eu compreendeu um período de alto desgaste político interno para o Império em relação à guerra. O Conde, inicialmente disposto a tomar parte no conflito, viu seus esforços nesse sentido se esvaziarem nas decisões do Conselho de Estado. Só após a surpresa pela saída de Caxias, e com as tropas estacionadas na capital paraguaia já conquistada, o imperador solicitou a d'Eu que assumisse o comando das forças brasileiras. Este, ao assumir, enfrentou as tropas cansadas de uma guerra que parecia interminável e com graves problemas de fornecimento e abastecimento.

A guerra, então, teve uma dimensão diferente daquela vivida nos anos anteriores, com forte pressão por algum desfecho em relação a López, fato que se consumou só um ano após a retomada das operações militares pelo Conde. O desconhecimento do terreno, o clima e o próprio comportamento de López tornaram o conflito mais dramático, em especial quando este se afasta de suas vias preferenciais – os grandes rios – e a logística por terra se tornava mais complexa. A morte de López encerrou a guerra, mas deixou um rastro de problemas dela decorrentes que os beligerantes passaram a enfrentar.

## **O FIM DA GUERRA**

O fim da guerra culminou num período de ocupação militar do Paraguai por tropas aliadas (brasileiras, na sua maioria) de 1870 a 1876, período no qual foi negociada e gestada a composição da nova estrutura que governaria o Estado paraguaio. A ocupação militar foi acompanhada da presença de um representante diplomático e plenipotenci-

ário brasileiro junto ao governo paraguaio. A esse plenipotenciário cabia garantir a prevalência dos interesses brasileiros no Paraguai, especialmente ante os interesses argentinos. O Brasil só estabeleceu uma legação diplomática oficial no Paraguai a partir de 1872, antes desse ano o plenipotenciário brasileiro geralmente ficava em Buenos Aires e transitava entre Assunção, Buenos Aires e Montevidéu tecendo as composições do novo panorama regional.

De acordo com Fragoso (1960), entre 1870 e 1873 um pequeno contingente militar, que nunca ultrapassou a quatro mil homens, ficou em território paraguaio. Entre 1872 e 1876 os efetivos totais do Exército Imperial variavam entre pouco menos de 18.000 a 15.000 homens, já contabilizado o contingente de ocupação no Paraguai. Além da força terrestre, a Marinha brasileira mantinha no mínimo seis navios no Porto de Assunção durante esse período de ocupação.

Os anos imediatamente posteriores à guerra, além de demandarem maior atenção quanto ao possível ressurgimento de 'lopiztas' e do estado de atenção em relação a tendências 'argentinas' (DORATIOTTO, 2004, p. 210), também ensejavam um contínuo esforço logístico para repatriar os contingentes que atuaram na guerra e grande parte do aparato bélico lá utilizado. Os efetivos no Paraguai só aumentaram pontualmente, quando foi necessário apoio ao Governo paraguaio para controlar os ânimos da oposição, a exemplo do que ocorreu em 1874, quando foi deslocado para Assunção o 2º Batalhão de Artilharia, com 398 homens vindos de Corumbá.

Entre 1870 e 1876, realizaram-se cinco conferências envolvendo Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai a fim de se combinar os devidos tratados de paz e resolver as demais questões quanto à ocupação, fronteiras, navegação e comércio na região. Em 9 de janeiro de 1872, o Império do Brasil já havia assinado, em separado, um tratado de paz com a República do Paraguai. A Argentina, en-

tretanto, por divergências em relação às reivindicações territoriais em sua fronteira com o Paraguai e considerando a pressão diplomática brasileira, somente após a mediação do Presidente norte-americano Rutherford Birchard Hayes, resolveu seus litígios fronteiriços. Pela arbitragem do presidente norte-americano, o Paraguai ganhou a causa quanto à definição do controle da área entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo. Em 1876, foi assinada a paz entre a República Argentina e a República do Paraguai.

Ainda em 1869, o governo imperial já começava a tomar providências diplomáticas em relação à fase final da guerra. Para tanto, o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Conselheiro Dr. José Maria da Silva Paranhos já se encontrava em Buenos Aires e, ao mesmo tempo em que recebia instruções do Barão de Cotegipe – João Maurício Wanderley –, fazia gestões no sentido de formar um governo provisório paraguaio. Tal governo provisório, no entender de Paranhos, obviamente, deveria atender aos dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e manter cautelosa atenção quanto aos interesses da Argentina e de outros países ditos neutros, caso, por exemplo, dos Estados Unidos.

No dia 1º de janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocuparam a capital paraguaia, Assunção, lá se instalando. As tropas argentinas acamparam nos arredores da cidade. Antes do final da guerra e antes da morte de Solano López, em despacho a Paranhos, datado de 1º de fevereiro de 1869, o Barão de Cotegipe chamava a atenção da representação diplomática brasileira em Buenos Aires para o fato:

V. Exa. Conhece perfeitamente todos os compromissos da presente guerra e a gravidade da situação atual. Por um lado, o inimigo está inteiramente vencido, arrasadas as suas fortificações, aprisionado o seu material de guerra e dominado todo o seu litoral. Por outro lado, parece certo que o Ge-

neral López ainda permanece no território paraguaio e tenta manter-se no interior. Presume-se também, e com fundamento, que o General Mac-Mahon, Ministro dos Estados Unidos da América do Norte, se acha junto ao ditador e o anima com sua presença (Despacho do Barão de Cotegipe a José Maria da Silva Paranhos em 01/02/1869, apud FRAGOSO, 1960, pp. 281-282).

Havia considerável preocupação do governo imperial, ainda que mal terminada a guerra, com as pretensões argentinas. Entretanto, na mesma correspondência, o Barão de Cotegipe orienta Paranhos a respeitar integralmente o Tratado da Tríplice Aliança como forma de garantir os interesses brasileiros e ao mesmo tempo manter as boas relações com a Argentina, de forma que:

Do tratado da Tríplice Aliança umas disposições já estão de fato realizadas, outras o podem ser desde já e definitivamente.

As que tem sua execução no futuro e as que consistem somente em franquias de navegação e comércio, tão valiosas serão negociadas hoje, como se o forem depois que tenha cessado de todo a resistência do General López. Pelo contrário, mais tarde, quando o governo provisório se sinta inteiramente desassombrado do inimigo comum, pode ser muito difícil o seu assentimento às disposições de limites e outras que importam em ônus para o seu país.

Haveria algum perigo em encetar-se desde já essa negociação se pretendêssemos modificar o tratado da Tríplice Aliança no que toca a limites da República Argentina. Mas o Governo Imperial reconhece que a base dessa negociação deve ser o compromisso solene que estabeleceu o tratado de 1º de maio de 1865 (FRAGOSO, 1960, p. 283).

A esta altura da contenda, um grupo de paraguaios havia se organizado e encaminhado correspondência aos representantes diplomáticos dos Aliados em Buenos Aires, quais se-

jam: José Maria da Silva Paranhos, pelo Brasil, Mariano Varela, pela Argentina e Adolfo Rodriguez, pelo Uruguai, apoiando a formação de um governo provisório civil no Paraguai. Nesse mesmo sentido, Paranhos apresentou, em Buenos Aires, um “apontamento e bases para os ajustes preliminares com o governo provisório” (FRAGOSO, 1960, p. 281) no Paraguai.

Era essencial finalizar as hostilidades em território paraguaio, de forma que o afastamento de Caxias demandava uma imediata substituição sem gerar ou ampliar fissuras no comando das forças da aliança. Nesse momento entra em cena a figura do Conde d’Eu. No Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, o momento em que o Conde d’Eu assumiu o comando das forças aliadas é, assim, descrito:

Congratulo-me com a Representação Nacional pela gloriosa terminação da guerra, que por mais de cinco anos fomos obrigados a sustentar em desafrenta da honra nacional e dos altos interesses do País.

O ditador Francisco Solano López, levado de derrota em derrota desde Iatahy até Lomas Valentinas, onde o valente Exército aliado destruiu nos sempre memoráveis dias de Dezembro, as principais forças inimigas e as últimas fortificações que então lhe restavam, achando-se sem material de guerra, e tendo perdido quase toda sua artilharia, ainda assim, não obstante confessar-se vencido, foi com pertinácia embrenhar-se nas Cordilheiras, julgando-as talvez inexpugnáveis, para aí fortificar-se e continuar a resistir com o que pudesse reunir dos restos do seu numeroso Exército.

Era, pois, forçoso desalojá-lo, através de grandes obstáculos, d’essas agrestes e alcantiladas serranias, e aniquilar inteiramente os meios de resistência de que ainda dispusesse, obrigando-o por este modo a render-se ou abandonar para sempre o território paraguaio.

Foi nesta fase da guerra que o Augusto Príncipe o Sr Marechal de Exército, Conde d’Eu, chegando a Assumpção, a 14 de abril do ano próximo passado, seguiu sem demora para Luque, e assumiu a 16 o comando em chefe de todas as nossas forças em operações, para desempenhar a difícil, porém muito honrosa e gloriosíssima comissão que lhe fora confiada.

Desde logo, ocupou-se o general em chefe em preparar com atividade louvável os meios de ação, e prover do necessário as forças a cuja frente tinha de continuar as operações de guerra, fazendo ao mesmo tempo explorar os terrenos que devia percorrer, a fim de serem batidas, como com efeito o foram, quaisquer partidas inimigas que neles se encontrassem (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, pp. 7-8).

O relatório refere-se às atividades de 1869. A chegada do Conde realmente reanimou a tropa, mas, por mais diligente que fosse, este não conseguiu superar problemas que se arrastavam desde o princípio do conflito, como desabastecimento de víveres e mantimentos às forças no encalço de López em fins de 1869. Paranhos se tornou um importante interlocutor do Príncipe, especialmente quando este, após as batalhas de Peribeby (12/08/1869) e Campo Grande ou Acosta Ñu (16/08/1869), se arvorou em planejar o retorno das tropas, com destaque aos Voluntários da Pátria, os quais pretendia acompanhar em retorno triunfal à Corte. Com paciência e sagacidade política, Paranhos demoveu-lhe da ideia e indicou providências para um retorno parcelado e reorganizado dos corpos militares. Mesmo após a morte de López, o retorno não se mostrou tão triunfal quanto queria o Conde.

Ao mesmo tempo em que lidava com d’Eu, Paranhos não descuidou do futuro Governo paraguaio. O representante argentino

questionou os apontamentos de Paranhos no tocante à adesão do governo provisório paraguaio ao Tratado da Tríplice Aliança e mesmo à formação de um governo provisório paraguaio sem que todo o território guarani estivesse livre das influências de López. O representante uruguaio concordou com o ponto de vista argentino. De modo a resolver a questão, o termo 'adesão' foi suprimido e substituído, sem prejuízo de seu claro entendimento e dos interesses aliados por 'tendo presentes às prescrições do referido tratado'. E assim seguiram-se os ajustes e arranjos diplomáticos quanto às providências para o término da guerra.

É interessante atentar ao fato de que, nas correspondências entre Cotegipe e Paranhos ou mesmo entre Paranhos e o representante argentino, quando se referem às providências quanto a López, falava-se em aprisioná-lo ou expulsá-lo do território paraguaio. Mesmo em relação à guerra, verifica-se que o discurso motivador do conflito era dirigido ao Governo paraguaio, consubstanciado na figura de Solano López, e não contra o povo paraguaio, tido nos documentos oficiais como vítima do "despótico governo de López". Essa disposição aparece, inclusive, em troca de notas entre Solano López e o Conde d'Eu, em plena perseguição empreendida pelos aliados ao que restou do Exército lopizta. Em nota de 29 de maio de 1869, enviada ao comando da Tríplice Aliança, López reclama ao comandante das forças aliadas:

[...] Mas esta mañana ha amanecida al frente de mi línea una descubierta de cuerpos de caballería e infantería del Ejército aliado, tremunlando la sagrada enseña de la patria que V. A. I. combate.

La profunda pena, que como magistrado y como soldado me ha causado esto será fácil a V. A. I. medir em La honorabilidad de sus sentimientos.

Ahora vengo a rogar a V. A. I. quiera tener la dignación de mandar entregar em mi línea, de aquí a mañana, esa bandera, y prohibir que em

adelante flamen los colores nacionales em las filas de su mando, ya que ni siquiera los desgraciados prisioneros nunca fueron respetados [...] (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, p. 10).

Nota-se que mesmo em meio à perseguição a López, e mesmo dada suas dificuldades e limitação de contingentes, este ainda manifesta preocupações em relação à utilização da bandeira paraguaia como se fosse um insulto à sua nacionalidade. Em outras palavras, a bandeira paraguaia hasteada nas fileiras aliadas, provavelmente junto à Legião Paraguaia, incorporada às forças argentinas, apontava para a existência de dois Estados paraguaios. Paranhos considerava problemático o fato de a Legião paraguaia estar acomodada junto às forças argentinas, todavia, considerando a redução dos efetivos argentinos, pelo menos ponderava que isso impedia uma dissipação maior das forças militares argentinas<sup>2</sup>. D'Eu consultou Paranhos nesse episódio da bandeira e este lhe orientou:

[...] Que essa bandeira é conduzida por paraguaios e como símbolo de sua nacionalidade. Que os aliados não forçarão os paraguaios a cooperar contra o Marechal López, mas que também não impedirão que eles defendam o que julgam ser a causa da salvação e liberdade de sua pátria.

Enquanto a ameaça de vingança nas pessoas dos prisioneiros, não pode ela destes os Aliados em seus legítimos propósitos, como não o tem conseguido tantas crueldades já cometidas pelo inimigo nesta guerra. Que o Marechal López, se realizar tão bárbara ameaça, chamará sobre si toda a responsabilidade desse novo martírio imposto aos prisioneiros dos Aliados<sup>3</sup>.

Mais ainda, indicava que López deixara de personificar o único Estado paraguaio que realmente existia. Em resposta, o Conde d'Eu envia nota a López na qual replica que:

[...] Limitar-se-á por ora, a fazer observar que o aparecimento da bandeira paraguaia nas fileiras aliadas tem sua explicação no fato, publicamente mencionado em numerosos documentos oficiais, de que a presente guerra nunca teve fins hostis á existência da nacionalidade paraguaia, e que considerável número de paraguaios tem-se manifestado desejosos de cooperar com as forças aliadas a pacificação de sua pátria.

[...] Ao concluir, o abaixo assinado chama sobre o Sr. Marechal López a inteira responsabilidade de qualquer aumento de maus tratos com que porventura este julgue dever agravar a sorte dos prisioneiros de guerra sob o pretexto mencionado na nota que ora fica respondida. – Gastão de Orleans, Conde d'Eu. (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, pp. 11-12).

Assim, ao mesmo tempo em que a guerra era efetivamente finalizada no que tange às operações militares, política e diplomaticamente já estava em curso a construção de uma clara distinção entre um governo contra o qual se movia uma guerra e um Estado que existia e continuaria existindo após o fim da guerra, a despeito do funesto saldo de paraguaios mortos e qualquer outro sentimento em relação aos aliados de modo geral. Tratava-se da enorme preocupação do governo e da diplomacia brasileira de que a Argentina se arrogasse restabelecer as antigas disposições territoriais do Vice-Reinado do Rio da Prata e também sobre como essa guerra era vista na Europa e nos EUA.

Em 2 de junho de 1869, em Buenos Aires, foi concluído e assinado pelos representantes da Tríplice Aliança a “formulação definitiva das condições para o reconhecimento do governo provisório paraguaio” (FRAGOSO, 1960, p. 295). Em 8 de junho de 1869, por meio de uma nota coletiva dos representantes aliados, a resolução final foi comunicada à comissão

paraguaia. Depois de formada uma comissão com cinco nomes, em 5 de agosto de 1869, antes de encerrada a guerra, foi escolhido um triunvirato que constituiria, na prática, o novo governo paraguaio. A posse deu-se em 15 de agosto e em seu discurso, Paranhos destacou:

Tem sido quase sempre uma desgraça para a América do Sul independente que suas grandes crises políticas não sejam desde o princípio bem compreendidas pelas potências chamadas a defender a civilização e a prestar por toda parte o seu apoio moral à causa do direito e do progresso.

Desta vez, senhores, nesta porfiada luta, que ainda dura porque o Marechal López abusou horrivelmente do seu poder despótico e de uma população ignorante de seus destinos, na Guerra do Paraguai, senhores, não só europeus, mas até americanos se iludiram em suas apreciações, contribuindo destarte, sem o quererem, para prolongarem o martírio do povo paraguaio e os sacrifícios enormes de três nações, que se aliaram em nome de sua honra audazmente ofendida e de direitos incontestáveis e essenciais à sua segurança e prosperidade (FRAGOSO, 1960, p. 297).

No campo diplomático repare-se que, muito sutilmente, a fala do representante diplomático brasileiro procura deslocar, naquele contexto de final de guerra, uma substancial parte da culpa pelo prolongamento e violências da guerra às potências europeias e aos Estados Unidos por não apoiarem de imediato a causa aliada e por manterem simpatias com o governo de Solano López. O despreparo e ineficiência das forças brasileiras passam a ser um componente reduzido de um todo que agora incorporava novos vetores da complexa relação causa e efeitos da guerra e colocava novos desafios no contexto regional e na conjuntura internacional.

Sobre as relações entre o Paraguai e a Europa, destacam-se as relações com a França

e com a Inglaterra. A diplomacia francesa, segundo as terminologias diplomáticas do período, 'acreditada' junto ao governo paraguaio se mostrou discreta, porém, sempre presente, especialmente após uma frustrada tentativa de se estabelecer uma colônia de imigrantes franceses em uma fazenda paraguaia na região do Chaco, por volta de 1853, algo que aumentou sensivelmente a presença de cidadãos franceses em território paraguaio. A partir dessa permanência, os representantes diplomáticos franceses procuraram consolidar sua presença e atuação junto ao Governo paraguaio. Isso foi possível até a eclosão da guerra na região. Assim,

Durante a guerra, as atividades do Cônsul Cochelet resumiram-se em proteger os interesses de seus compatriotas e por tal motivo foram destacados até o Quartel-General paraguaio vários secretários de legação para tratar pessoalmente com o Marechal Presidente; assim, em novembro de 1865, foi enviado Monsieur de Vernouillet. Em outubro de 1866, o Visconde de Beaumont e, em setembro de 1868, Monsieur de Kerjégú.

Em outubro de 1867, abandonaram o país o Cônsul Cochelet e sua família, assim como seu Chanceler consular Parcour. Uma troca de diplomatas destinada a Assunção tornou-se sumamente difícil, devido ao bloqueio do rio pelos brasileiros; assim foi que o sucessor de Cochelet, o Barão de Bourgueney, não pôde chegar até Assunção.

Finalmente, no mês de outubro, chegaram o Cônsul Paul de Cunerville e seu chanceler Gustave, Barão de Libertat, depois de atravessarem as linhas de combate dos aliados e dos paraguaios. Nessa mesma época, tomou posse de seu cargo, em Buenos Aires, Léon Noel (SCHMITT, 1961, p. 357).

A guerra em si, ao menos em seu início, não representou obstáculo intransponível a circulação francesa na região, todavia, o

livre trânsito ficou comprometido após um episódio de substituição dos representantes franceses designados para instalarem-se em Assunção em 1867-1868. Apesar da pretensão de neutralidade por parte dos representantes franceses, em 1868, verificou-se a impossibilidade de permanência destes em território paraguaio, pois:

O Barão de Libertat foi preso em 1868, sob suspeita de uma conspiração contra o Marechal Presidente, acontecimento que provocou sérias dificuldades com os representantes franceses. O Barão de Libertat, assim como Cuverville conseguiram abandonar o país naquele mesmo ano (SCHMITT, 1961, p. 358).

Este incidente minou quase que completamente a presença de franceses em território paraguaio até que as forças da Tríplice Aliança ocupassem Assunção, a partir de 1869. O governo paraguaio, entretanto, procurou manter uma legação em Paris com uma missão de caráter comercial e militar (SCHMITT, 1961, p. 365). Ao início da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai teve muita simpatia de países como a Áustria, Alemanha e Bélgica, graças ao trabalho de divulgação, na imprensa, de matérias favoráveis ao Paraguai pelo representante paraguaio acreditado junto ao governo belga.

Quanto aos ingleses, estes tiveram um contato mais estreito e com maiores interesses em relação ao Paraguai, especialmente após uma série de dificuldades surgidas nas relações diplomáticas entre ambos, ocorridas a partir de 1859 e encerradas com um acordo assinado com a Inglaterra em 1862. Desta forma:

Durante a guerra, demonstrou a Inglaterra grande interesse pelos acontecimentos do Paraguai. Chamou, por exemplo, com intensidade a atenção do mundo inteiro para a publicação, no início do ano de 1866, do texto do Tratado da Tríplice

Aliança, redigido contra o Paraguai. O referido texto foi comunicado de forma reservada ao Encarregado dos Negócios Ingleses em Montevideú, Russell, pelo Ministro de Relações Exteriores do Uruguai Carlos de Castro (SCHMITT, 1961, p. 360).

Ao longo de 1867, os representantes ingleses que atuavam na região do Rio da Prata se ofereceram várias vezes, tanto aos aliados quanto ao Paraguai, para mediar possíveis negociações (SCHMITT, 1961, p. 361). Em relação ao Paraguai, foram negociadas as condições para a saída de súditos ingleses do território paraguaio, de forma que alguns navios de guerra ingleses circularam pela região ao longo de todo o período do conflito, contudo, além dos navios de guerra ingleses, também circularam embarcações militares de outros países. Há relatos da presença de navios italianos, franceses e norte-americanos, por exemplo<sup>4</sup>.

A preocupação quanto às repercussões da guerra no exterior pode ser percebida desde o início do conflito em alguns ofícios do Ministério da Guerra. Em ofício destinado aos Estados Unidos, datado de 25 de junho de 1866 (ARQUIVO Nacional, anotação IG1 436, código 547), o Ministério da Guerra encarrega à representação brasileira em Nova York de fazer circular notícia sobre a guerra na imprensa dos Estados Unidos – notícias estas favoráveis ao Brasil, uma vez que os norte-americanos se mostravam favoráveis ao Paraguai.

Tratava-se de um momento – o final da campanha – cuja preocupação do Império era esmaecer ao máximo possível quaisquer discussões ou questionamentos quanto à atuação brasileira. A preocupação da diplomacia brasileira reverberava na divulgação do Tratado da Tríplice Aliança e nas desconfianças de europeus e, especialmente, de norte-americanos, com relação à guerra. A atenção dirigida aos norte-americanos era necessária já que estes se apresentavam e vendiam seus produtos e serviços aos dois lados em conflito. Há relatos de represen-

tantes norte-americanos que venderam armas e munições aos paraguaios e nunca entregaram os produtos, como também de técnicos norte-americanos que atuaram nas forças aliadas, caso, por exemplo, do engenheiro e Capitão James Hamilton Tomb (COTNER, 2007, pp. 125-140), que serviu na Marinha confederada construindo torpedos e testando submarinos. Como contratado a serviço da Marinha brasileira, trabalhou no desarme de torpedos flutuantes que os paraguaios colocavam no Rio Paraguai.

Ao final do conflito, o Brasil já utilizava algumas das novas armas compradas dos norte-americanos. Alguns anos depois de terminada a guerra, em telegrama ao imperador em 1875, Paranhos relata: “[...] não me arrependo de ter concorrido para dar mais algum armamento ao Exército e a Armada, impondo assim respeito e prudência ao vizinho que se armava a todo o custo”<sup>5</sup>.

## **NO PÓS-GUERRA...**

Contrariando certos interesses argentinos, manteve-se a independência paraguaia e a mediação do presidente norte-americano na resolução da questão fronteiriça entre Argentina e Paraguai, com ganho de causa ao Paraguai. Este desfecho ajudou a amainar certas inconveniências diplomáticas entre Brasil e Argentina causadas pela guerra.

O período de ocupação resultou para o Brasil, após o conflito, na assinatura com o Paraguai de um Tratado de Livre Navegação no Rio Paraguai, o que garantiu a principal via de acesso à Província do Mato Grosso, além das possibilidades comerciais decorrentes da livre navegação naquele rio. Juntamente com a navegação, o Império do Brasil garantiu também a incorporação de uma considerável porção de terras ao território nacional, especialmente nas áreas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, fixando limites geográficos mais precisos com o território paraguaio.

A ocupação do território paraguaio durou de 1870 a 1876, predominantemente por

tropas brasileiras e pouco se tem escrito sobre a atuação da diplomacia brasileira neste período de ocupação e suas rugas com os militares brasileiros (DORATIOTTO, 2004, pp. 209-236), que por vezes tomavam algumas atribuições da diplomacia para si, especialmente nalguns casos em que o objetivo era conseguir vantagens individuais, fossem estas financeiras ou comerciais.

No cenário interno brasileiro, mais precisamente na Corte, as preocupações com a assinatura de um acordo de paz com o Paraguai e a discussão em torno da abrangência e efeitos do Tratado da Tríplice Aliança eram colocados ao Conselho de Estado. É interessante notar que a preocupação quanto às ações e pretensões argentinas eram maiores do que propriamente com a dinâmica interna do Paraguai. As atas das reuniões de 26 de abril de 1870 e de 7 de dezembro de 1870, do Conselho de Estado registram o debate acerca das preocupações sobre as concessões territoriais a serem feitas pelo Paraguai à Argentina, em função do cumprimento de dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e da relutância do governo argentino em aceitar um governo provisório no Paraguai pós-guerra. Além disso, no panorama interno brasileiro, a guerra contra o Paraguai desenhava novos contornos para o Exército regular, de forma que:

Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância (SODRÉ, 1965, p. 141).

Os atritos entre os representantes plenipotenciários e os militares brasileiros ensejou algumas complicações políticas para o Império, especialmente com a Argentina, que questionava a excessiva ingerência brasileira na reestruturação das forças políticas paraguaias com vistas à organização de um

novo governo. Por outro lado, tanto militares quanto os homens de Estado do Império brasileiro procuravam, além de fazer prosperar suas iniciativas particulares visando lucrar com a situação do imediato pós-guerra, trabalhavam também para manter as boas relações com a Argentina e ao mesmo tempo limitar as influências daquele país em suas ambições territoriais e sobre a dinâmica política paraguaia.

Um ano antes de a Argentina assinar finalmente a paz com o Paraguai, percebemos a permanência, nos discursos das proeminentes figuras do Império, da preocupação em manter um constante estado de prontidão ante qualquer pretensão argentina em insistir na reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata. Ainda em 1875:

[...] dizia o Barão do Rio Branco, citado por Nabuco, que a política internacional do Brasil “consistia, como ainda hoje (1875), em manter a independência dos dois Estados ameaçados pela ambição argentina, o Paraguai e o Uruguai” com o que se impediria a reconstituição do Vice-Reinado do Prata (MELLO, 1980, p. 262).

Como documento norteador na condução da guerra – que os estados aliados acreditavam inicialmente ser rapidamente resolvida – ou marco legal à formação de uma aliança defensiva, verificamos que o Tratado da Tríplice Aliança passou a ser, ao final do conflito, um sério elemento limitador para ações mais ousadas e vantajosas à diplomacia do Brasil em relação à Argentina. Em 1876, após a Argentina reconhecer de fato e de direito a independência e integridade territorial paraguaia, o Brasil já havia retirado seus últimos efetivos do território paraguaio. De acordo o Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1877:

A última fração de forças brasileiras deixou Assunção a 22 de junho de 1876, antes de expirar o prazo marcado na 5ª Conferência. Só a

11 de junho participou o Governo argentino à legação imperial que o Congresso havia aprovado o tratado de 3 de fevereiro (Barão de Cotejipe apud FRAGOSO, 1960, p. 227).

A retirada total das tropas brasileiras do território paraguaio foi marcada, antes de tudo, pelo cuidado que a diplomacia imperial dedicava às questões argentinas. Numa análise *a posteriori* do período, entretanto, verificamos que o posicionamento geopolítico brasileiro contribuiu sobremaneira, direta ou indiretamente, para a unificação e consolidação da República Argentina.

As definições quanto à política externa brasileira, haja vista que as discussões no parlamento eram, em geral, acaloradas e pouco consistentes, advinham de poucas cabeças, de forma que em pouco tempo

O centro do pensamento político brasileiro aplicado às relações externas girava em torno de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que aglutinava a maioria dos homens públicos em favor da "neutralidade limitada", uma formulação política moderada e enérgica ao mesmo tempo, sensível ao conceito de soberania e mais ainda ao do interesse nacional a defender. Correspondeu essa corrente à sustentação ideológica da política externa no período (CERVO; BUENO, 2002, p. 126).

Alguns anos após finalizada a guerra, Paranhos ainda se debruçava sobre seus acontecimentos. Em 23 de dezembro de 1882, o Visconde do Rio Branco remetia ao imperador, de Liverpool, as primeiras 23 folhas do 3º volume da 'Guerra da Tríplice Aliança' para apreciação<sup>6</sup> deste. Quanto ao Conde d'Eu, ao retornar à Corte, este procurou reduzir suas atribuições militares. Em carta ao Imperador de 1º de junho de 1870, este reforçou pedido de ser exonerado do posto de comandante geral da artilharia, posto que exerceu de 20 de novembro de 1865 a 20 de janeiro de 1868, fora algumas intermitências até agosto de 1870. A carta faz supor que o

conde voltou bastante abalado de sua experiência no Paraguai e que necessitava de um tempo para recompor-se. Ele sustentava já haver encaminhado o pedido ao Barão de Muritiba, então ministro da Guerra<sup>7</sup>. Um mês depois, em nova carta ao imperador, o conde volta atrás na sua decisão de se exonerar do Comando Geral da Artilharia, todavia informa ao imperador que não exercerá plenamente as suas funções neste cargo em razão de outras atribuições<sup>8</sup>. Após estas correspondências, o conde viajou à Europa.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional, anotação IG1 436, código 547.

CARNEIRO, Mário Tibúrcio Gomes. "As Tentativas para a Organização Militar do Brasil. As Leis do Recrutamento" in *Arquivo Militar*, v. 1, nº. 1, [s.d.] p. 115-130.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHIAVENATTO, José Júlio. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COTNER, Robert C. "As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha Brasileira – 1865-1870". In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 127, dez. 2007. Edição especial. p. 125-140.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. "A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 209-236.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. Vol. 5.

MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo-Sociedade Imprensa Pannartz, 1980.

POMER, Leon. *La guerra del Paraguai: gran negocio!* Buenos Aires: Coldén, 1968

REICHEL, Heloísa Jochins e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerra no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, Arquivo Histórico do Exército.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, Arquivo Histórico do Exército.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1877, Arquivo Histórico do Exército.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHMITT, Peter. "Começo e desenvolvimento das relações diplomáticas entre o Paraguai e as potências europeias (1811-1870)". In. *Revista de História*, nº 46, junho-julho, 1961, vol. XXII, ano XXII, pp. 345-367.

SODRÉ, Nelson W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A grafia foi corrigida para os padrões vigentes em 2020 no Brasil.

<sup>2</sup> Carta particular nº 18, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu, de Buenos Aires, em 6 de junho de 1869. Notação: maço 151 – doc. 7225 cont. 4; MFN: 12856, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

<sup>3</sup> Carta particular nº 20, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu, de Buenos Aires, em 17 de junho de 1869. Notação: maço 151 – doc. 7225 cont. 4; MFN: 12856, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

<sup>4</sup> Este artigo não tem como objetivo aprofundar o debate sobre o envolvimento da Inglaterra como fomentadora da guerra, tese defendida por autores da vertente revisionista da historiografia sobre a Guerra do Paraguai (CHIAVENATTO, 1982; POMER, 1968) e o contraponto em Francisco Doratioto (2002).

<sup>5</sup> CARTA telegrafada ao imperador por Paranhos, em 15 de janeiro de 1875. Notação: maço 174 — doc. 7942; MFN: 12866, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

<sup>6</sup> Carta ao imperador, por Paranhos, Liverpool, 23 de dezembro de 1882. Notação: maço 187 – doc. 8533; MFN: 12830, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

<sup>7</sup> Carta pessoal de d'Eu a Pedro II, Paço Isabel, 1ª de junho de 1870. Notação: XLII - 1 - 1870 (Coleção Arquivo Grão-Pará). Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

<sup>8</sup> Carta pessoal de d'Eu a Pedro II, 1ª de julho de 1870. Notação: XLII - 1 - 1870 (Coleção Arquivo Grão-Pará). Museu Imperial, Petrópolis, RJ.